



# RELATÓRIO ANUAL **2018**

## MENSAGEM DA DIRETORIA

Prezado(a) leitor(a),

A grave crise econômica prolongou-se ainda durante o ano de 2018, com reflexo no grande desemprego. O segmento dos Investimentos Imobiliários vem sendo particularmente atingido, como demonstra a dificuldade de que sejam alugados os imóveis desocupados. O Plano Plenus foi beneficiado com o resultado obtido da reavaliação do prédio da Glória (Edifício Stela Angelorum) e do Shopping Ribeirão Preto, em junho de 2018. Apesar desse cenário de dificuldades, a PREVHAB manteve, pelo 18º ano consecutivo, o resultado superavitário do Plano Plenus.

O Plano obteve no ano rentabilidade positiva de 8,87%, superior à meta atuarial de 8,32%. Como resultado da reavaliação, os investimentos imobiliários apresentaram rentabilidade de 11,04%. A renda variável produziu resultado positivo de 22,84%, mas, no entanto, com pouca repercussão no superávit do Plano, uma vez que a sua participação no conjunto dos investimentos é de apenas 0,29%. Isso acontece porque o alto volume de recursos em imóveis - 29,02% - obriga-nos manter os demais recursos em investimento com alta liquidez. Essa restrição tende a desaparecer com a conclusão e subsequente venda do Edifício Novo Mundo.

A partir de 2018, entrou no ar uma nova estratégia de comunicação. O Informativo impresso passou a conter matérias de interesse exclusivo de nossos participantes. A sua periodicidade passou a ser trimestral. O Boletim Eletrônico adquiriu duas versões: uma mensal, dirigida exclusivamente aos Participantes do Plenus, esclarecendo dúvidas e trazendo informações importantes; outra, chamada Edição Especial, que é dirigida também ao mercado, sobre temas polêmicos, de interesse do segmento de Previdência Complementar.

O simulador do empréstimo ao participante ganhou uma nova versão disponível na área restrita do portal da PREVHAB na Internet. Com formato mais simples e intuitivo, o aplicativo permite que o participante avalie qual a composição entre as condições disponíveis que melhor atende ao seu objetivo. Se vale a pena liquidar contratos anteriores e quais os contratos.

Em 28 de setembro, a PREVHAB apresentou a sua proposta – o Plano BV – na 3ª Audiência Pública realizada pela Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar - SURPC, em Brasília, para debater possíveis soluções e os modelos de planos de previdência ofertados, contratados e administrados pelos fundos de pensão, com vistas ao desenvolvimento e ao aprimoramento do Regime Fechado de Previdência Complementar.

Em dezembro, a PREVHAB completou 47 anos de história celebrando o superávit de R\$ 10,8 milhões do Plenus, Plano autopatrocinado, na modalidade benefício definido. Iniciaram-se as providências remanescentes para o encerramento formal das obras do Edifício Novo Mundo.

Através das informações que compõem este relatório, você encontrará as Demonstrações Contábeis Consolidadas da PREVHAB de 2018, as respectivas Notas Explicativas, o Parecer Atuarial, o Relatório dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a aprovação do Conselho Deliberativo referentes ao Plano de Benefícios Plenus e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Boa leitura.

**Mario Cardoso Santiago**  
Diretor-Presidente

## FATOS RELEVANTES EM 2018

### **Ação Fiscal não encontra quaisquer irregularidades na PREVHAB**

Em janeiro, a PREVHAB recebeu o Ofício nº 1/20018/ERRJ/DIFIS/PREVIC, informando o encerramento da “Ação Fiscal Direta Ampla – AFDA”, que teve como objetivo a análise do grau de gerenciamento de risco da Entidade e, ainda, sua adequação aos princípios, regras e práticas de governança corporativa e de controles internos. A fiscalização, que é de rotina e realizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em todos os fundos de pensão, não encontrou quaisquer irregularidades nos processos de gerenciamento ou de conduta da PREVHAB.

### **PREVHAB colabora para o aprimoramento do sistema fechado**

Em abril, a PREVHAB apresentou propostas para o aprimoramento da previdência complementar fechada, em função da Audiência Pública convocada pela Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar para debater o futuro do sistema fechado. Na ocasião, a Entidade encaminhou nova modelagem para o Plano de Benefício Definido (BD), com a minimização do risco de desequilíbrio, bem como um advento de lei para estabelecer a afetação patrimonial. Posteriormente, em setembro, a PREVHAB participou da referida Audiência Pública, realizada pela PREVIC em Brasília.

### **Novo Simulador do Contrato de Empréstimo na Internet**

A PREVHAB disponibilizou, em junho, a nova versão do simulador do empréstimo ao participante, na área restrita do seu portal na Internet. Com formato mais simples e intuitivo, o aplicativo permite que o participante avalie qual a composição entre as condições disponíveis que melhor atende ao seu objetivo, bem como se vale a pena liquidar contratos anteriores e quais os contratos. A iniciativa foi parte do processo de modernização dos serviços e da comunicação da Entidade.

### **Seleção da administradora do Edifício Novo Mundo**

No momento em que a obra de retrofit do Edifício Novo Mundo se encontrava em fase final, a PREVHAB efetivou a licitação para a contratação de empresa prestadora de serviços especializados em Administração Condominial. A licitante vencedora foi a CBRE / Richard Ellis, contratada para a coordenação e prestação dos referidos serviços, a partir do dia 1º de setembro de 2018.

### **PREVHAB comemora 47 anos com superávit do Plano Plenus de mais R\$ 10 milhões**

Em dezembro, a PREVHAB completou 47 anos de história celebrando o crescimento do superávit do Plano Plenus – um plano autopatrocinado, na modalidade Benefício Definido –, que já ultrapassou a marca de R\$ 10 milhões. Até então, Os números não consideravam a valorização prevista com as obras do retrofit no Edifício Novo Mundo e que deve ser influenciada, também, pelo princípio de recuperação do mercado imobiliário no Rio de Janeiro esperado no ano de 2019.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

### BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

				R\$ mil			
ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>DISPONÍVEL</b>	4	191	367	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>		5.829	5.452
<b>REALIZÁVEL</b>		622.963	626.184	Gestão Previdencial	9	5.146	4.785
Gestão Previdencial	5	1.828	1.487	Gestão Administrativa	10	464	445
Gestão Administrativa	6	128	128	Investimentos	11	219	222
Investimentos	7	621.007	624.569	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>		528	1.062
Títulos Públicos		47.524	45.650	Gestão Previdencial	12	456	1.050
Créditos Privados e Depósitos		35.838	40.197	Gestão Administrativa	13	72	12
Fundos de Investimentos		383.744	422.148	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	14	617.346	620.599
Investimentos Imobiliários		143.095	107.656	Patrimônio de Cobertura do Plano		599.070	597.331
Empréstimos e Financiamentos		10.806	8.918	Provisões Matemáticas		588.236	588.061
				Benefícios Concedidos		579.708	579.921
				Benefícios a Conceder		8.528	8.140
<b>PERMANENTE</b>	8	549	562	Equilíbrio Técnico		10.834	9.270
Imobilizado		443	451	Resultados Realizados		10.834	9.270
Diferido		106	111	Superávit Técnico Acumulado		10.834	9.270
				Fundos		18.276	23.268
				Fundos Administrativos		18.276	23.268
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		623.703	627.113	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		623.703	627.113

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018

  
**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78

  
**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34

  
**MAURÍCIO WERNECK BARRETO**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 180.124.187-20

  
**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4  
CPF 702.229.677-49



## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ mil VARIÇÃO %
A) Patrimônio Social - início do exercício		620.599	632.922	-1,95
1. Adições		55.967	45.864	22,03
(+)	Contribuições Previdenciais	1.132	594	90,57
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	50.293	38.248	31,49
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	462	2.694	-82,85
(+)	Receitas Administrativas	2.832	1.812	56,29
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.248	2.516	-50,40
2. Destinações		-59.220	-58.187	1,78
(-)	Benefícios	-50.148	-49.583	1,14
(-)	Despesas Administrativas	-9.012	-8.587	4,95
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-60	-17	252,94
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social ( 1 + 2)		-3.253	-12.323	-73,60
(+/-)	Provisões Matemáticas	175	-7.625	-102,30
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.564	-422	-470,62
(+/-)	Fundos Administrativos	-4.992	-4.276	16,74
B) Patrimônio Social no final do exercício (A + 3 + 4)		617.346	620.599	-0,52

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018

  
**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78

  
**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34

  
**MAURICIO WERNECK BARRETO**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 180.124.187-20

  
**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>23.268</b>	<b>27.544</b>	<b>-15,52</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>4.080</b>	<b>4.327</b>	<b>-5,71</b>
1.1. Receitas	4.080	4.327	-5,71
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.815	1.791	1,34
Custeio Administrativo dos Investimentos	978	0	100,00
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	29	13	123,08
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.248	2.515	-50,38
Outras Receitas	10	8	25,00
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>9.012</b>	<b>8.587</b>	<b>4,95</b>
2.1. Administração Previdencial	5.079	4.928	3,06
Pessoal e encargos	3.511	3.395	3,42
Treinamentos/congressos e seminários	28	22	27,27
Viagens e estadias	15	12	25,00
Serviços de terceiros	1.019	1.013	0,59
Despesas gerais	439	421	4,28
Depreciações e amortizações	31	29	6,90
Tributos	36	36	0,00
2.2. Administração dos Investimentos	3.933	3.659	7,49
Pessoal e encargos	2.524	2.314	9,08
Treinamentos/congressos e seminários	15	20	-25,00
Viagens e estadias	12	14	-14,29
Serviços de terceiros	588	534	10,11
Despesas gerais	750	734	2,18
Depreciações e amortizações	20	19	5,26
Tributos	24	24	0,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	60	16	275,00
4. Sobre / Insuficiência da Gestão Administrativa ( 1 - 2 - 3 )	-4.992	-4.276	16,74
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo ( 4 )	-4.992	-4.276	16,74
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual ( A + 5 )</b>	<b>18.276</b>	<b>23.268</b>	<b>-21,45</b>

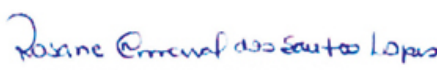
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018

  
**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78

  
**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34

  
**MAURICIO WERNECK BARRETO**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 180.124.187-20

  
**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4  
CPF 702.229.677-49

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO PLENUS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ mil
			VARIÇÃO %
<b>1- ATIVOS</b>	<b>623.703</b>	<b>627.113</b>	<b>-0,54</b>
DISPONÍVEL	191	367	-47,96
RECEBÍVEL	1.956	1.615	21,11
INVESTIMENTO	621.007	624.569	-0,57
TÍTULOS PÚBLICOS	47.524	45.650	4,11
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	35.838	40.197	-10,84
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	383.744	422.148	-9,10
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	143.095	107.656	32,92
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.806	8.918	21,17
PERMANENTE	549	562	-2,31
<b>2- OBRIGAÇÕES</b>	<b>6.357</b>	<b>6.514</b>	<b>-2,41</b>
OPERACIONAL	5.829	5.452	6,91
CONTINGENCIAL	528	1.062	-50,28
<b>3- FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>18.276</b>	<b>23.268</b>	<b>-21,45</b>
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	18.276	23.268	-21,45
<b>5 - ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)</b>	<b>599.070</b>	<b>597.331</b>	<b>0,29</b>
PROVISÕES MATEMÁTICAS	588.236	588.061	0,03
SUPERÁVIT TÉCNICO	10.834	9.270	16,87
<b>6 - APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO</b>			
a) Equilíbrio Técnico	10.834	9.270	16,87
b) (+/-) Ajuste de Precificação	21.492	24.406	-11,94
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	32.326	33.676	-4,01

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018



**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78



**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34



**MAURICIO WERNECK BARRETO**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 180.124.187-20



**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO PLENUS

		R\$ mil		
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %	
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>597.331</b>	<b>605.378</b>	<b>-1,33</b>	
1. Adições	53.702	43.327	23,95	
(+) Contribuições	2.947	2.385	23,56	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	50.293	38.248	31,49	
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	462	2.694	-82,85	
2. Destinações	-51.963	-51.374	1,15	
(-) Benefícios	-50.148	-49.583	1,14	
(-) Custeio Administrativo	-1.815	-1.791	1,34	
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.739	-8.047	-121,61	
(+/-) Provisões Matemáticas	175	-7.625	-102,30	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.564	-422	-470,62	
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>599.070</b>	<b>597.331</b>	<b>0,29</b>	
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>-4.992</b>	<b>-4.276</b>	<b>16,74</b>	
(+/-) Fundos Administrativos	-4.992	-4.276	16,74	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018



**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78



**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34



**MAURÍCIO WERNECK BARRETO**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 180.124.187-20



**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49



## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO PLENUS

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
<b>Provisões Técnicas ( 1 + 2 + 4 + 5 )</b>	<b>604.891</b>	<b>603.388</b>	<b>0,25</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>588.236</b>	<b>588.061</b>	<b>0,03</b>
1.1. Benefícios Concedidos	579.708	579.921	-0,04
Benefício Definido	579.708	579.921	-0,04
1.2. Benefícios a Conceder	8.528	8.140	4,77
Benefício Definido	8.528	8.140	4,77
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>10.834</b>	<b>9.270</b>	<b>16,87</b>
2.1. Resultados Realizados	10.834	9.270	16,87
Superávit Técnico Acumulado	10.834	9.270	16,87
Reserva de Contingência	10.834	9.270	16,87
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>5.365</b>	<b>5.007</b>	<b>7,15</b>
4.1. Gestão Previdencial	5.146	4.785	7,54
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	219	222	-1,35
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>456</b>	<b>1.050</b>	<b>-56,57</b>
5.1. Gestão Previdencial	456	1.050	-56,57

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018



**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78



**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34



**MAURICIO WERNECK BARRETO**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 180.124.187-20



**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49

## NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

### 1. Contexto Operacional

1.1. A PREVHAB Previdência Complementar é uma associação sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar Planos de Benefícios de natureza previdencial, de acordo com o estabelecido nos respectivos Regulamentos e Convênios de Adesão, e está autorizada a atuar como entidade multipatrocinada.

1.2. O Estatuto da PREVHAB está enquadrado nas disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), em 14 de dezembro de 2005, através da Portaria nº 295, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2005.

1.3. A PREVHAB administra os seguintes Planos:

1.3.1. Plano de Benefícios Plenus registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 1971.0002-56 estruturado na modalidade de benefício definido; e

1.3.2. Plano de Gestão Administrativa – PGA, que contém as normas que regem a gestão administrativa dos planos de benefícios.

### 2. Apresentação e Principais Diretrizes Contábeis

2.1. A PREVHAB apresenta as Demonstrações Contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, em conformidade, com as regras, critérios e procedimentos contábeis adotados para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) instituídos pela ITG - Interpretação Técnica Geral 2001, aprovada pela Resolução nº 1272 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 22 de janeiro de 2010 e, em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017 e Instrução PREVIC nº 11, de 03/12/2018.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Conforme Resolução CNPC nº 29/2018 e suas alterações, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior.

## **2.2. As principais práticas adotadas são resumidas a seguir:**

a) A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais e o plano de gestão administrativa.

b) Na apurac o do resultado as Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto nos casos das contribuic es dos autopatrocinados que são registrados pelo regime de caixa.

c) As contribuic es para a Gestão Previdencial do Plano de Benefícios na modalidade Benefício Definido são registradas pelo regime de competência.

d) Os títulos públicos, créditos privados e depósitos, em atendimento   Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) n  29, de 13 de abril de 2018, e a Instrução MPS/SPC n  34, de 24/09/2009, respectivamente, os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação - Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - Aqueles com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

e) Os Fundos de Investimentos são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

f) Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente a partir da última avaliação.

Os imóveis são reavaliados a cada três anos, com exceção do imóvel do Ed. Novo Mundo – RJ que foi reavaliado no mês de julho/2016, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

g) Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos.

h) A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

i) No imobilizado e intangível os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

j) No Exigível Operacional o registro das obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras.

k) As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

l) Nos Ativos e Passivos Contingentes registram o montante das provisões decorrentes de ações judiciais passivas mantidas contra a PREVHAB. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito estimada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

**Ativos contingentes** (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.



**Passivos contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades movidas por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por consultores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisões e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores legais são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

m) As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais, realizados por atuário responsável pelo plano, mediante elaboração de parecer atuarial. Essas Provisões representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, ajustados a valor presente.

n) Nas estimativas atuariais e contábeis a elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas incluem: as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelo plano; as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações; o valor justo de determinados instrumentos financeiros e do ativo imobiliário obtido por meio de reavaliação e definição da vida útil.

o) Nas operações administrativas o Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio próprio independente do Plano de Benefícios Previdencial.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos, receitas diretas e outras receitas) e deduzidos das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo (PGA) foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefícios.

p) Os ajustes e eliminações ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdencial no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

### 3. Atividades de Registro e de Controle

3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à despesa da Entidade com a administração do plano de benefícios.

3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios.

### 4. Ativo - Disponível

A posição consolidada do Ativo – Disponível em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, referente às contas correntes é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>	<b>168</b>	<b>308</b>
a) CEF nº 563-0	3	3
b) CEF nº 790.391-0	23	29
c) BRADESCO S/A nº 2.862-2	33	37
d) BRADESCO S/A nº 37.979-4	79	166
e) BANCO ITAÚ S/A nº 52.710-0	6	49
f) BANCO ITAÚ S/A nº 20.371-6	24	24
<b>. Plano PGA:</b>	<b>23</b>	<b>59</b>
a) BRADESCO S/A nº 2862-2	15	53
b) BRADESCO S/A nº 37.979-4	6	4
c) CEF nº 563-0	1	1
d) BANCO ITAÚ S/A nº 65.316-1	1	1
<b>Total do Disponível</b>	<b>191</b>	<b>367</b>

### 5. Ativo Realizável – Gestão Previdencial

A posição consolidada do Ativo – Realizável – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>		
a) Recursos a Receber:	462	460
Contribuições em Atraso de Participantes:	180	178
Ativos	545	500
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(365)	(322)
Outros Recursos a Receber	282	282
b) Adiantamentos de Créditos a Assistidos	10	14
c) Depósitos Judiciais/Recursais	1.355	1.004
d) Outros Realizáveis:	1	9
Contribuições Pretéritas	15	15
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(15)	(15)
Pecúlio Especial	-	8
Reembolsos da Folha de Assistidos (INSS)	1	1
Ações Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	5.690	5.520
Ações a serem Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	2.985	2.985
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.675)	(8.505)
Ação contra o INSS	1.712	1.712
Ação contra a CEF	100	100
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(1.812)	(1.812)
<b>Total Realizável - Gestão Previdencial</b>	<b>1.828</b>	<b>1.487</b>

## • Plano Plenus

a) Os “Recursos a Receber” de R\$ 462 mil, apresentam a seguinte composição:

- R\$ 180 mil de “Contribuições em Atraso de participantes Ativos” deduzidas das provisões para devedores duvidosos.
- R\$ 282 mil de “Outros Recursos a Receber” referem-se à regularização de saldos bancários (R\$ 161 mil) e valor a receber do PGA do aluguel do imóvel de uso próprio (R\$ 121 mil).

b) Os “Adiantamentos de Créditos a Assistidos” de R\$ 10 mil referem-se a benefícios (R\$ 2 mil) e 13º salário (R\$ 8 mil).

c) Os “Depósitos Judiciais/Recursais” de R\$ 1.355 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Previdencial.

d) Os “Outros Realizáveis” de valores a receber pendentes de regularização de R\$ 1 mil, apresentam a seguinte composição:

- R\$ 15 mil de “Contribuições Pretéritas” a receber de participantes, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como possíveis perdas;
- R\$ 1 mil de adiantamentos efetuados pela PREVHAB por conta dos proventos dos assistidos pendentes de reembolsos junto ao INSS;
- R\$ 5.690 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de janeiro de 1999, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como crédito de liquidação duvidosa, estão sendo cobrados à Caixa Econômica Federal e a FUNCEF através das Ações Ordinárias nºs. 2006.34.00.000384-1, em curso na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, cuja apelação da PREVHAB foi distribuída à 1ª Turma do Tribunal Regional Federal - TRF1, aguardando julgamento do recurso da Desembargadora Daniela Maranhão Costa, desde 15/03/2018; e 2009.34.00.026743-9, em curso na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, aguardando julgamento do recurso concluso com o Desembargador Souza Prudente desde março/2018;
- R\$ 2.985 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de fevereiro de 2006, assim como de outros valores de responsabilidade da Caixa Econômica Federal e FUNCEF, para as quais a PREVHAB não tenha ainda movido ação de ressarcimento, cujo valor encontra-se totalmente provisionado como crédito de liquidação duvidosa;
- R\$ 1.712 mil de pagamentos de benefícios efetuados pela PREVHAB de responsabilidade do INSS (ação nº 2001.51.01.003688-1 da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro), do período de março de 1987 a fevereiro de 1988, em litígio judicial, atualizado monetariamente pelo INPC e acrescido de juros de 6% a.a.. Após decisão desfavorável, a PREVHAB efetuou depósito e está aguardando o levantamento do valor pelo INSS para após o processo ser arquivado. O valor está provisionado na sua totalidade como provável perda;
- R\$ 100 mil do valor da ação judicial de cobrança contra a Caixa Econômica Federal (processo nº 2007.51.01.002154-5 da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro), referente ao reembolso dos valores de responsabilidade do INSS pagos pela PREVHAB no período de março de 1987 a fevereiro de 1988 aos seus associados, encontra-se no STJ – 4ª Turma com o Ministro Marco Buzzi para julgar recurso especial interposto pela PREVHAB desde 15/06/2012. O valor está provisionado na sua totalidade como provável perda.

## 6. Ativo Realizável – Gestão Administrativa

A posição consolidada do Ativo – Realizável – Gestão Administrativa em 31 dezembro de 2018 e de 2017, é a seguinte:



Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano PGA:</b>		
a) Responsabilidade de Empregados	1	1
b) Responsabilidade de Terceiros	3	6
c) Outros Recursos a Receber	2	3
d) Despesas Antecipadas:	48	44
Férias	43	39
Despesas Miúdas	4	4
Contas a Receber de Empregados	1	1
e) Depósitos Judiciais/Recursais	26	26
f) Outros Realizáveis:	48	48
IRRF a Recuperar	3	3
FCVS	4	4
Seguro SFH	41	41
<b>Total Realizável - Gestão Administrativa</b>	<b>128</b>	<b>128</b>

• **Plano PGA**

- a) A “Responsabilidade de Empregados” de R\$ 1 mil refere-se a empréstimo emergencial a empregado.
- b) A “Responsabilidade de Terceiros” de R\$ 3 mil referem-se a adiantamentos a terceiros (advogados).
- c) Os “Outros Recursos a Receber” de R\$ 2 mil refere-se a valor a ser repassado pelo Plano de Benefícios Plenus.
- d) As “Despesas Antecipadas” de R\$ 48 mil referem-se a adiantamentos a empregados a receber, sendo R\$ 43 mil de férias, R\$ 4 mil de despesas miúdas e R\$ 1 mil de contas a receber de empregados.
- e) Os “Depósitos Judiciais/Recursais” de R\$ 26 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Administrativa.
- f) Os “Outros Realizáveis” de valores a receber de R\$ 48 mil, referem-se a R\$ 3 mil de IRRF a recuperar; R\$ 4 mil dos recolhimentos mensais efetuados ao Fundo de Compensação Variações Salariais - FCVS, a partir do mês de julho de 2002, a serem ressarcidos pela CEF, após a homologação da liquidação do financiamento imobiliário; e R\$ 41 mil dos pagamentos mensais do seguro do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, pendentes de ressarcimentos pelos mutuários com financiamento imobiliário.

## 7. Ativo Realizável – Investimentos

Em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, revogada pela Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

### a) Política de Investimento

A gestão dos ativos dos Planos de Benefícios Plenus e PGA no ano de 2018 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimento aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua 181ª Reunião Ordinária, realizada em 14/12/2017, do Plano de Benefícios Plenus e do Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 01/01/2018 a 31/12/2022, elaboradas pela PREVHAB. Considerando as disposições da Resolução do CMN nº 4.661/2018, o Conselho Deliberativo em sua 190ª Reunião Ordinária, de 18/09/2018, ratificou e homologou a decisão tomada pela Diretoria Executiva referente aos limites de alocação da Política de Investimento de 2018 para os segmentos Estruturado e Imobiliário do Plano de Benefícios Plenus.

### b) Agente Custodiante e de Controladoria

Em 09 de outubro de 2001, para execução dos serviços de Agente Custodiante e de Controladoria, foram firmados com o Banco Itaú S.A. o Contrato de Centralização de Dados, o Contrato de Custódia para Carteira com Precificação e contratos de Custódia e Controladoria para os Fundos Exclusivos.

Através da custódia e controladoria, o Banco garante a fidelidade do patrimônio lançado no balanço, apura a rentabilidade dos segmentos de renda fixa e renda variável e não liquida operações, da carteira própria, que estejam em desacordo com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes e com a Política de Investimento fixada pela administração da PREVHAB.

### c) Controle de Riscos

No âmbito da Política de Investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado e de crédito. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações dos preços dos ativos em que são investidos os recursos garantidores dos Planos administrados pela PREVHAB. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido.

A PREVHAB monitora o risco de crédito por meio de relatório específico com todos ativos e seus respectivos emissores e ratings, atribuídos por agência(s) classificadora(s) de risco (observados os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792/2009, revogada Resolução CMN nº 4.661/2018), enquanto o risco de mercado é acompanhado diariamente através de modelo próprio e adicionalmente por relatórios mensais de mensuração de riscos elaborados pela firma de consultoria financeira Aditus.

### d) Gestão de Investimentos

d.1.) O Plano de Benefícios Plenus, em 31/12/2018, possuía 11 (onze) Fundos de Investimentos, sendo 5 (cinco) no segmento de Renda Fixa, 4 (quatro) no segmento de Estruturado, 1 (um) no segmento de Renda Variável e 1 (um) no segmento Imobiliário, a seguir discriminados:

d.1.a) Renda Fixa:

- Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhav Multimercado (Gestor Caixa Econômica Federal);
- Prevhav Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa (Gestor Sul América Investimentos DTVM);
- HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Performance Institucional (Gestor HSBC Gestão de Recursos Ltda.);
- BNP Paribas Match DI FI Referenciado (Gestor BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.);
- Itaú Institucional Referenciado DI FI (Gestor Itaú Asset Management Ltda.).

d.1.b) Estruturado:

- AZ Quest Multi FIC FI Multimercado (Gestor AZ Quest Investimentos Ltda.).
- Kinea Chronos FI Multimercado (Gestora Kinea Investimento Ltda.).
- Bahia AM Marau FIC FI Multimercado (Gestor Bahia AM Renda Variável Ltda.).
- Mauá Macro II FIC FI Multimercado (Gestor Mauá Investimentos Ltda.).

d.1.c) Renda Variável:

- Occam Fundo de Investimento de Ações (Gestor: Occam Brasil Gestão de Recursos Ltda.).

d.1.d) Imobiliário:

- Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (Gestor Rio Bravo Investimentos Ltda.).

No ano de 2018 a rentabilidade dos investimentos do Plano Plenus foi positiva de 8,87%, superior 0,55 ponto percentual à meta atuarial de 8,32% (INPC+4,60% aa.), decorrente dos resultados dos investimentos do segmento de Renda Variável de 22,84%, Imobiliário de 11,04%, Operações com Participantes de 9,32%, Renda Fixa de 7,69% e Estruturado de 6,29%.

d.2.) Os recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA estão sendo aplicados no Fundo Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (Gestor Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.) e HSBC Referenciado DI Longo Prazo (Gestor HSBC Gestão de Recursos Ltda.). A rentabilidade dos investimentos do Plano no ano foi positiva de 6,35% inferior 0,06 ponto percentual ao CDI de 6,41%.

A posição consolidada do Ativo Realizável – Investimentos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>	<b>602.895</b>	<b>601.593</b>
Títulos Públicos	47.524	45.650
Créditos Privados e Depósitos	35.838	40.197
Fundos de Investimentos	365.632	399.172
Investimentos Imobiliários	143.095	107.656
Empréstimos e Financiamentos	10.806	8.918
<b>.Plano PGA:</b>	<b>18.112</b>	<b>22.976</b>

## 7.1. Plano Plenus

7.1.1. Os “Títulos Públicos”, no total de R\$ 47.524 mil, estão aplicados em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) lastreadas em IPCA. O referido ativo é marcado pela curva e levado até o vencimento, não sofrendo oscilações geradas pela volatilidade do mercado.

7.1.2. Os “Créditos Privados e Depósitos”, no total de R\$ 35.838 mil, estão aplicados em Debêntures não Conversíveis do Hopi Hari S.A. (R\$ 35.090 mil, valor líquido das provisões para devedores duvidosos) e da Cia. Vale do Rio Doce (R\$ 748 mil);

7.1.2.1. Na Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, realizada no dia 20/12/2010, que representa 100% das debêntures em circulação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, ficou deliberado alterar as cláusulas e condições da Escritura da 1ª Emissão, as quais foram consolidadas em Instrumento Particular de Escritura de 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, firmado entre a PREVHAB, Hopi Hari e Oliveira Trust (Agente Fiduciário), com o compromisso da Emissora efetuar mensalmente os pagamentos programados à PREVHAB, iniciados a partir de 18/12/2010 até 18/06/2039, cujos valores serão acrescidos de atualização monetária anual (INPC) em cada série, acrescidos de juros remuneratórios mensais de 4% ao ano que serão calculados antes de abatida a respectiva parcela de pagamento programado;

7.1.2.2. Na Assembleia Geral Extraordinária da Hopi Hari S.A., realizada no dia 20/12/2010, foi aprovada pela totalidade dos acionistas do capital social da Hopi Hari S.A. as novas condições de renegociação, pela Diretoria da Companhia, das condições e características das Debêntures de 1ª Emissão, com ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria para tal fim, e delegação, ainda, de poderes para tomar todas as medidas e assinar todos os documentos necessários e convenientes para implementar a renegociação das Debêntures de 1ª Emissão;

7.1.2.3. Em 20/12/2010, foi assinada a Consolidação da Escritura de Primeira Emissão de Debêntures do Hopi Hari, mediante a qual foi estabelecido o pagamento do crédito da PREVHAB, em prestações mensais, com vencimentos de 18/12/2010 a 18/06/2039, com correção pelo INPC e juros de 4% ao ano.

7.1.2.4. O Conselho Deliberativo em sua 166ª Reunião Ordinária, realizada em 22/09/2016, considerando o pedido de recuperação judicial feito pelo Hopi Hari e, ainda, o fato de no dia 18/08/2016 ter-se completado o 3º mês de inadimplência do pagamento das parcelas do Aditivo firmado em 27/01/2016, aprovou que seja considerado e caracterizado o disposto no item 19.2 Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures, de modo a que toda dívida seja considerada como vencida e a taxa de juros seja elevada para 12% desde 2009, o que significa o crescimento da dívida em R\$ 28.292.163,68, passando o seu valor de R\$ 44.812.908,04 para R\$ 73.105.071,72, cuja diferença deverá ser provisionada em setembro/2016.

7.1.2.5. No dia 26/10/2016, o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Vinhedo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio do processo digital nº 1002265-62.2016.8.26.0659 deferiu o processamento da recuperação judicial de HH Participações S.A., HH Parques Temáticos S.A. e Hopi Hari S.A..

7.1.2.6. A Diretoria-Executiva da PREVHAB em sua 339ª Reunião Ordinária, realizada em 16/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou à Diretoria a planilha atualizada da dívida do Hopi Hari no período de 18/06/2009 a 18/12/2016, a juros de 12%, de conformidade com o item 19.2, Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, no total de R\$ 92.446.405,48, esclarecendo que o valor de R\$ 73.105.071,72 consignado na Ata de



331ª da Reunião Ordinária da Diretoria-Executiva, datada de 16/09/2016, corresponde ao valor da dívida atualizada a juros de 12%, a partir de 18/11/2010, em desacordo, portanto, com o disposto no item 19.2 da Consolidação daquela Escritura. A Diretoria, após debater a matéria, determinou que: 1) seja feito no balancete de dezembro/2016 o registro contábil da diferença de R\$ 16.639.111,40 entre a dívida de R\$ 92.446.405,48 e o saldo contábil de novembro/2016 de R\$ 75.807.294,08; 2) seja registrada, ainda no balancete de dezembro/2016, a diferença de R\$ 16.639.111,40, no saldo da conta de Provisão para Devedores Duvidosos; 3) seja dado conhecimento ao Conselho Deliberativo da nova situação. Na 170ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 26/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou ao Colegiado a planilha demonstrativa dos valores atualizados relativos à dívida do Hopi Hari.

7.1.2.7. Estão provisionadas como possíveis perdas, na sua totalidade, as aplicações em debêntures conversíveis da Usina Santa Olímpia de R\$ 601 mil, em processo de falência.

7.1.2.8. Em atendimento ao artigo 36 da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, os demonstrativos a seguir apresentam os títulos classificados por categorias: "Títulos para Negociação", avaliados pelo valor de mercado, e os "Títulos Mantidos até o Vencimento", avaliados pelo custo amortizado, *por rata* dia até o vencimento, alocado na Carteira Própria e em Fundos de Investimentos Exclusivos do Plano de Benefícios Plenus.

#### Demonstrativo Consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados

Posição em 31.12.2018					
Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos</b>					
Operações Compromissadas	15.757	-	-	-	15.757
NTN	35.958	68.163	60.126	119.279	283.526
LFT	157	3.585	-	-	3.742
LTN	41	10	-	-	51
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>51.913</b>	<b>71.758</b>	<b>60.126</b>	<b>119.279</b>	<b>303.076</b>
<b>2. Títulos Privados</b>					
CDB's	559	10	-	-	569
Debêntures	3	28	-	123.416	123.447
Letras Financeiras	4.069	5.607	8	103	9.787
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>4.631</b>	<b>5.645</b>	<b>8</b>	<b>123.519</b>	<b>133.803</b>

Posição em 31.12.2017					
Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos</b>					
Operações Compromissadas	11.984	-	-	-	11.984
NTN	83.543	100.004	57.679	114.904	356.130
LFT	3.177	17.459	5.073	-	25.709
LTN	436	119	-	-	555
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>99.140</b>	<b>117.582</b>	<b>62.752</b>	<b>114.904</b>	<b>394.378</b>
<b>2. Títulos Privados</b>					
CDB's	581	309	-	-	890
Debêntures	3	10	-	106.110	106.123
Letras Financeiras	6.556	4.034	-	-	10.590
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>7.140</b>	<b>4.353</b>	<b>-</b>	<b>106.110</b>	<b>117.603</b>

Demonstrativo dos Títulos para Negociação

Posição em 31.12.2018

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos</b>						
Operações Compromissadas	15.757	-	-	-	15.757	15.757
NTN	-	319	-	-	319	319
LFT	157	3.585	-	-	3.742	3.742
LTN	41	10	-	-	51	51
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>15.955</b>	<b>3.914</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.869</b>	<b>19.869</b>
<b>2. Títulos Privados</b>						
CDB's	559	10	-	-	569	569
Debêntures	3	28	-	123.416	123.447	123.447
Letras Financeiras	4.069	5.607	8	103	9.787	9.787
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>4.631</b>	<b>5.645</b>	<b>8</b>	<b>123.519</b>	<b>133.803</b>	<b>133.803</b>

Posição em 31.12.2017

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos</b>						
Operações Compromissadas	11.984	-	-	-	11.984	11.984
NTN	-	713	-	-	713	713
LFT	3.177	17.459	5.073	-	25.709	25.709
LTN	436	119	-	-	555	555
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>15.597</b>	<b>18.291</b>	<b>5.073</b>	<b>-</b>	<b>38.961</b>	<b>38.961</b>
<b>2. Títulos Privados</b>						
CDB's	581	309	-	-	890	890
Debêntures	3	10	-	106.110	106.123	106.123
Letras Financeiras	6.556	4.034	-	-	10.590	10.590
<b>Total de Títulos Privados</b>	<b>7.140</b>	<b>4.353</b>	<b>-</b>	<b>106.110</b>	<b>117.603</b>	<b>117.603</b>

### Demonstrativo dos Títulos Mantidos até o Vencimento

Posição em 31.12.2018

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos</b>					
NTN	35.958	67.844	60.126	119.279	283.207
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>35.958</b>	<b>67.844</b>	<b>60.126</b>	<b>119.279</b>	<b>283.207</b>

Posição em 31.12.2017

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
<b>1. Títulos Públicos</b>					
NTN	83.543	99.291	57.679	114.904	355.417
<b>Total de Títulos Públicos</b>	<b>83.543</b>	<b>99.291</b>	<b>57.679</b>	<b>114.904</b>	<b>355.417</b>

7.1.3. Na Carteira de Ações as cotações das ações das empresas Master Tecidos Plásticos S.A. e Américas Empreendimentos Artísticos S.A. são avaliadas pelo valor patrimonial, como o patrimônio líquido das referidas empresas é negativo, as suas ações têm valor igual à zero.

7.1.4. Os “Fundos de Investimentos”, no total de R\$ 365.632 mil, estão aplicados nos seguintes segmentos:

- R\$ 265.658 mil em Renda Fixa, sendo R\$ 10.757 mil no Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhav Multimercado; R\$ 240.170 mil no Prevhav Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa; R\$ 13.708 mil no BNP Paribas Match DI FI Referenciado; e R\$ 1.023 mil no Itaú Institucional Referenciado DI FI.
- R\$ 1.722 mil em Renda Variável, no Occam Fundo de Investimento de Ações.
- R\$ 66.410 mil em Investimentos Estruturados, sendo R\$ 12.910 mil no AZ Quest Multi FIC FI Multimercado; R\$ 20.715 mil no Kinea Chronos FI Multimercado; R\$ 20.361 mil no Bahia AM Marau FIC FI Multimercado; e R\$ 12.424 mil no Mauá Macro II FIC FI Multimercado.
- R\$ 31.842 mil em Investimentos Imobiliários, no Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque.

7.1.5. Os “Investimentos Imobiliários” são demonstrados ao custo de aquisição ou reavaliação e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação;

7.1.5.1. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 163ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de junho de 2016, aprovou o critério de avaliação anual do Edifício Novo Mundo enquanto perdurarem os investimentos das obras de retrofit, localizado na Av. Presidente Wilson – RJ, e o Laudo de Avaliação do imóvel elaborado pela empresa AVALOR Engenharia de Avaliações Ltda., em 17/05/2016. A reavaliação do imóvel foi contabilizada de acordo com o Laudo de Avaliação no balancete do mês de julho/2016 e resultou no acréscimo de R\$ 444 mil (valor da reavaliação: R\$ 33.000 mil deduzido do valor contábil: R\$ 32.556 mil).

7.1.5.2. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 188ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de julho de 2018, aprovou os Laudos de Avaliações dos imóveis elaborados pela empresa Analítica – Engenharia de Avaliações Ltda., relativamente aos imóveis situados no Rio de Janeiro e São Paulo. As reavaliações dos imóveis foram contabilizadas de acordo com os Laudos de Avaliações no balancete do mês de junho/2018 e resultaram no acréscimo de R\$ 13.994 mil, a seguir discriminado:

Tipo de Imóvel	Valor da Avaliação	Valor Contábil	R\$ mil
			Ajuste Contábil
<b>1. Edificação Uso Próprio:</b>			
Rua da Glória – RJ - 10º e 11º andares	5.440	4.064	1.376
<b>2. Edificação para Renda:</b>			
Rua da Glória – RJ - 8 (oito) andares	21.760	16.721	5.039
Rua Prof. Ortiz Monteiro – RJ	910	834	76
<b>SUBTOTAL (1 + 2)</b>	<b>28.110</b>	<b>21.619</b>	<b>6.491</b>
<b>3. Terrenos:</b>			
Av. Augusto Franco - Lote 1 - SE	0	0	0
Travessa Pernambuco - Lote 2 - SE	0	0	0
Rua Porto Alegre - Lote 3 - SE	0	0	0
<b>SUBTOTAL (3)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Shopping Ribeirão Preto - SP:</b>			
Av.Cel.Fernando Ferreira Leite - SP	22.100	14.597	7.503
<b>SUBTOTAL (4)</b>	<b>22.100</b>	<b>14.597</b>	<b>7.503</b>
<b>TOTAL (1+2+3+4)</b>	<b>50.210</b>	<b>36.216</b>	<b>13.994</b>

7.1.5.3. A composição, em 31/12/2018, do Imobiliário de R\$ 143.095 mil é a seguinte:

- os “Terrenos” localizados em Aracaju – SE na Av. Augusto Franco, nº 1.118 – Lote 1, Travessa Pernambuco, nº 197 – Lote 2 e Rua Porto Alegre, nº 04 – Lote 3, estão sem valor comercial, tendo em vista a impossibilidade de sua retomada e a recomendação do não registro de quaisquer valores nessas circunstâncias, conforme justificativas do Diretor Financeiro da PREVHAB, Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ, aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 188ª Reunião Ordinária, de 19/07/2018;
- os imóveis de “Uso Próprio e Locados a Terceiros”, no total de R\$ 119.522 mil, já deduzidos os valores de depreciações e de provisões para devedores duvidosos, referem-se ao valor de R\$ 5.368 mil do imóvel de uso próprio localizado na Rua da Glória – RJ – 10º e 11º andares, e de R\$ 114.154 mil dos imóveis locados a terceiros, localizados na Av. Presidente Wilson, 164 – RJ (R\$ 91.588 mil), Rua da Glória, 306 – RJ (R\$ 21.537 mil), Rua Prof. Ortiz Monteiro, 152/305 – RJ (R\$ 899 mil), Av. Jerônimo Monteiro, 1000 – ES (R\$ 121 mil) e Rua Buenos Aires, 68 – RJ (R\$ 9 mil);

- os imóveis de “Rendas de Participações”, no valor de R\$ 21.943 mil, referem-se às frações representativas de 3,83% das lojas do Shopping Ribeirão Preto – SP, já deduzidos os valores de depreciações;
- os imóveis de “Outros Investimentos Imobiliários”, no total de R\$ 1.630 mil, refere-se ao imóvel localizado na Rua Barão de Jaguará em Campinas – SP, desapropriado pela União Federal, com processo nº 98.061.3429-0 em curso na 2ª Vara Federal de Campinas – SP, ocorreu o levantamento de 80% dos valores depositados pela União e está aguardando apreciação de recursos da União Federal para apurar a diferença ainda a ser paga pela União. O processo aguarda exame de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário interpostos pela União Federal.

7.1.5.4. Os “Investimentos Imobiliários”, em 31/12/2018, registram 28,98% dos recursos garantidores (o limite estabelecido é de 20% pela Resolução CMN nº 4.661/2018), decorrente dos resultados positivos das avaliações de imóveis realizadas pela Analítica – Engenharia de Avaliações Ltda., em 29/06/2018, e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 188ª Reunião Ordinária, de 19/07/2018, e em maio/2016, do Ed. Novo Mundo, realizada pela AVALOR Engenharia de Avaliações Ltda., bem como das obras de retrofit do Ed. Novo Mundo. De acordo com o Inciso I do Art. 35 da Resolução CMN nº 4.661/2018, a reavaliação dos imóveis é considerada como desenquadramento passivo e a Entidade tem até 12 anos para alienar o estoque de imóveis e terrenos (§ 5º do Art. 37 da Resolução CMN nº 4.661/2018).

7.1.5.5. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 100ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de março de 2011, aprovou a exposição de motivos do Diretor-Presidente para a realização das obras de retrofit do Edifício Novo Mundo – RJ. A PREVIC através do Ofício nº 3241/2012/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/8/2012, manifestou-se favorável de que as obras de retrofit do Ed. Novo Mundo – RJ seja considerado como investimento de desenquadramento passivo.

7.1.6. Os “Empréstimos e Financiamentos” referem aos empréstimos concedidos e, em 31/12/2018, totalizam R\$ 10.806 mil e apresentam as seguintes condições:

- prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados mensalmente com base na variação do INPC e juros de 0,41% a.m., correspondente a 5,03% a.a.;
- prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados anualmente com base na variação do INPC e juros de 0,48% a.m., correspondente a 5,91% a.a., com opção de escolha do mês de reajustamento (abril, junho ou setembro);
- prazo máximo de 36 meses com prestações fixas e juros de 0,98% a.m., correspondentes a 12,42% a.a..

7.1.6.1. No exercício, foram concedidos 200 empréstimos aos participantes no total líquido de R\$ 3.653 mil.

## **7.2. Plano PGA**

7.2.1. Os “Fundos de Investimentos”, no total de R\$ 18.112 mil, estão aplicados em Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (R\$ 17.902 mil) e do HSBC Referenciado DI Longo Prazo (R\$ 210 mil).



## 8. Ativo Permanente

A posição consolidada do Ativo Permanente em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

Descrição	Taxa de Depreciação / Amortização	R\$ mil	
		Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano PGA:</b>			
a) Imobilizado		443	451
Instalações		80	80
Móveis e Utensílios	10% aa.	108	114
Máquinas e Equipamentos	10% aa.	254	256
Sistema de Comunicação	10% aa.	1	1
b) Diferido		106	111
Gastos Implantação Software	20% aa.	99	106
Fomento (Adiantamento do Plano Fênix)		3	5
Fomento (Adiantamento do Plano BV)		4	-
<b>Total Ativo Permanente</b>		<b>549</b>	<b>562</b>

## 9. Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>	<b>5.146</b>	<b>4.785</b>
a) Benefícios a Pagar	4.669	4.312
b) Retenções a Recolher	286	285
c) Outras Exigibilidades:	191	188
Consignações a Repassar	16	14
Terceiros	175	174
<b>Total Exigível Operacional - Gestão Previdencial</b>	<b>5.146</b>	<b>4.785</b>

### 9.1. Plano Plenus

9.1.1. Os “Benefícios a Pagar”, no total de R\$ 4.669 mil, referem-se a contribuições a serem devolvidas a ex-participantes em litígio contra a CEF, atualizados monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros atuariais de 6% a.a. (R\$ 4.571 mil) e valores a regularizar (R\$ 98 mil).

9.1.2. As “Retenções a Recolher”, de R\$ 286 mil, referem-se a IRRF a recolher da folha de pagamento de assistidos (R\$ 277 mil) e ação judicial (R\$ 9 mil).

9.1.3. As “Outras Exigibilidades”, no total de R\$ 191 mil, referem-se ao convênio do INSS (R\$ 175 mil), valores a pagar ao PGA (R\$ 13 mil) e valores a regularizar (R\$ 3 mil).

## 10. Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
a) Contas a Pagar	308	303
b) Retenções a Recolher	156	142
<b>Total Exigível Operacional - Gestão Administrativa</b>	<b>464</b>	<b>445</b>

### 10.1. Plano PGA

- a) As “Contas a Pagar” de R\$ 308 mil referem-se às Despesas Administrativas Comuns (R\$ 297 mil) e Despesas Administrativas Específicas (R\$ 11 mil).
- b) As “Retenções a Recolher” de R\$ 156 mil referem-se aos valores do IRRF da folha salarial e prestadores de serviços (R\$ 58 mil), INSS dos empregados, empregador, pessoa física e jurídica (R\$ 91 mil), PIS/COFINS/CSLL de serviços de terceiros (R\$ 4 mil), contribuição de previdência de empregado (R\$ 2 mil) e valores a repassar (R\$ 1 mil).

## 11. Passivo Exigível Operacional – Investimentos

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Investimentos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:		
a) Investimentos	219	222
<b>Total Exigível Operacional - Investimentos</b>	<b>219</b>	<b>222</b>

### 11.1. Plano Plenus

- a) Os “Investimentos” de R\$ 219 mil referem-se aos valores de honorários de sucumbência do Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (R\$ 6 mil) e honorários de sucumbência, depósito de caução, IRRF, PIS/COFINS/CSLL a recolher de Imóveis Locados a Terceiros (R\$ 213 mil).

## 12. Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano Plenus:</b>		
Provisões de Ações Previdenciais	16.176	16.684
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(15.720)	(15.634)
<b>Total Exigível Contingencial - Gestão Previdencial</b>	<b>456</b>	<b>1.050</b>

### 12.1. Plano Plenus

12.1.1. As “Provisões de Ações Previdenciais” de R\$ 456 mil é o resultado do provisionamento dos valores correspondentes às possíveis perdas em ações movidas por participantes contra a PREVHAB (R\$ 16.174 mil), bloqueio judicial (R\$ 2 mil), deduzido da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 15.720 mil.

## 13. Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>. Plano PGA:</b>		
Provisões de Ações Trabalhistas	143	82
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(71)	(70)
<b>Total Exigível Contingencial - Gestão Administrativa</b>	<b>72</b>	<b>12</b>

### 13.1. Plano PGA

13.1.1. As “Provisões de Ações Trabalhistas” de R\$ 72 mil referem-se ao provisionamento dos valores de R\$ 143 mil correspondentes às possíveis perdas em ações movidas pelos empregados e ex-empregados da Entidade, deduzidas da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 71 mil.

## 14. Passivo – Patrimônio Social

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos Planos Plenus e PGA, apresenta a seguinte composição:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Aterior
<b>. Plano Plenus:</b>		
Patrimônio de Cobertura do Plano:	599.070	597.331
Provisões Matemáticas	588.236	588.061
Benefícios Concedidos	579.708	579.921
Benefícios a Conceder	8.528	8.140
Equilíbrio Técnico	10.834	9.270
<b>.Plano PGA:</b>		
Fundos	18.276	23.268
Fundos Administrativos	18.276	23.268
<b>Total Patrimônio Social</b>	<b>617.346</b>	<b>620.599</b>

### 14.1. Plano Plenus

14.1.1. O “Patrimônio de Cobertura do Plano” de R\$ 599.070 mil está composto dos valores das Provisões Matemáticas de R\$ 588.236 mil e do Equilíbrio Técnico de R\$ 10.834 mil.

14.1.2. As “Provisões Matemáticas”, no total de R\$ 588.236 mil, referem-se às provisões dos Benefícios Concedidos do Plano, de R\$ 579.708 mil, com os participantes assistidos, e às provisões dos Benefícios a Conceder do Plano, de R\$ 8.528 mil, com os participantes ativos, conforme Parecer Atuarial do Plano de Benefícios Plenus de 31/12/2018 elaborado pela HR Serviços Atuariais Ltda., em 06/02/2019.

14.1.3. O “Equilíbrio Técnico” de R\$ 10.834 mil representa o Superávit Técnico Acumulado do Plano e constitui a Reserva de Contingência, representando 1,84% do total das Provisões Matemáticas de R\$ 588.236 mil.

14.1.4. A HR Serviços Atuariais Ltda. no Parecer Atuarial apresenta a seguinte CONCLUSÃO: “Certificamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou superávit de R\$ 10.833.738,14 em 31/12/2018, com *duration* calculada na mesma data de 9,38 anos. O excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.” As hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial foram:

HIPÓTESE	2018
Taxa real anual de juros	4,60 % a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos - família real Ativos - 95% casados com esposa 4 anos mais jovem

## 14.2. Plano PGA

14.2.1. Os “Fundos” de R\$ 18.276 mil, destinados à cobertura das despesas de custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, referem-se ao saldo do Fundo Administrativo do Plano de Benefícios Plenus.

## 15. Contas de Resultados – Gestão Previdencial

### 15.1. Plano Plenus

15.1.1. As receitas previdenciais do Plano totalizaram no ano R\$ 2.947 mil.

15.1.2. As receitas líquidas de rendimentos no ano das aplicações dos investimentos do Plano totalizaram R\$ 51.301 mil e foram transferidos para a Gestão Previdencial.

15.1.3. As receitas de reversões líquidas de contingências de ações judiciais previdenciais totalizaram no ano R\$ 462 mil.

15.1.4. As despesas de benefícios dos assistidos no ano, no total de R\$ 50.149 mil, foram cobertas com os resultados dos investimentos.

15.1.5. As despesas de constituições das Provisões Matemáticas do Plano totalizaram no ano R\$ 175 mil.

15.1.6. As despesas de contribuições para custeio administrativo do PGA totalizaram no ano R\$ 1.815 mil.

15.1.7. As despesas de contribuições de custeio administrativo dos investimentos totalizaram no ano R\$ 978 mil.

15.1.8. As despesas da taxa administração de empréstimos totalizaram no ano R\$ 29 mil.

15.1.9. O resultado positivo no ano de R\$ 1.564 mil foi destinado ao Superávit Técnico do Plano.



## 16. Contas de Resultados – Gestão Administrativa

### 16.1. Plano PGA

16.1.1. As receitas no ano do custeio administrativo do Plano de Gestão Administrativa – PGA, no total de R\$ 4.080 mil, foram as seguintes:

- R\$ 1.815 mil de receitas de contribuição mensal dos participantes ativos e assistidos do Plano Plenus.
- R\$ 978 mil de receitas de contribuição de custeio de investimento. A retomada da receita administrativa foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 186ª Reunião Ordinária, realizada em 24/05/2018, mas com a condição de que ela somente seja realizada se houver constituição de superávit previdencial no mês e até o valor deste, ressalvada a observância da taxa de 0,8% ao ano sobre os recursos garantidores. Em 29/11/2018, o Conselho Deliberativo em sua 192ª Reunião Ordinária, por proposta da Diretoria, aprovou a elevação da taxa de 0,8% para 1,5% ao ano, a vigorar a partir do mês de novembro, mantidos todos os demais critérios vigentes.
- R\$ 29 mil do resultado da cobrança da taxa de 0,3% sobre os empréstimos concedidos aos participantes.
- R\$ 1.248 mil dos rendimentos das aplicações dos investimentos do Plano.
- R\$ 10 mil de outras receitas administrativas.

16.1.2. As despesas administrativas do PGA (Comuns e Específicas) somaram no ano R\$ 9.012 mil. O rateio das despesas administrativas comuns coube as “Despesas da Gestão Previdencial” o percentual de 60% dessas despesas e as “Despesas dos Investimentos” os 40% restantes. Para definição desses percentuais, as “Despesas da Gestão Previdencial” foram consideradas como compostas pelas áreas da Presidência, Administração e Previdência, e Informática, e as “Despesas dos Investimentos” foram consideradas como compostas pelas áreas Financeira, Investimentos e Contabilidade.

16.1.3. As despesas de constituições de contingências de ações judiciais administrativas totalizaram no ano R\$ 60 mil.

16.1.4. As reversões do Fundo Administrativo totalizaram no ano R\$ 4.992 mil.

## 17. Fatos Relevantes

### 17.1. Política de Investimento

17.1.1. Em cumprimento às determinações da Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 193ª Reunião Ordinária, realizada em 13/12/2018, as Políticas de Investimento do Plano de Benefícios Plenus e Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 2019/2023, elaboradas pela PREVHAB, cujos objetivos foram transmitidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em 27/02/2019, e disponibilizadas aos participantes, na íntegra, na página da Internet da PREVHAB.

## 17.2. Orçamento das Despesas Administrativas

17.2.1. Em cumprimento às disposições da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 192ª Reunião Ordinária, realizada em 29/11/2018, o Orçamento das Despesas Administrativas e os Indicadores para Avaliação da Gestão Administrativa para o ano de 2019 do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

## 17.3. Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)

17.3.1 Relativamente ao Plano Plenus, a PREVHAB faz parte da Ação Ordinária (processo nº 91.0123902-3) movida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - ABRAPP contra a União Federal, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em que foi julgado procedente o direito das Associadas à correção das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) por meio do IPC, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, e não pelo BTN como realizado pela União Federal à época. A PREVHAB era possuidora de 35.745.591 OFND's.

17.3.2. Em 07/01/2014, a ABRAPP informou que o recurso de Agravo de Instrumento interposto pela União Federal, com pedido de que o TRF da 2ª Região proferisse decisão sobre a questão do desmembramento da execução, foi distribuído para a 7ª Turma do Tribunal, sendo em 11/11/2013, deferida liminar pelo Desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, em favor da União Federal, determinando a suspensão dos efeitos da decisão que mandara prosseguir a execução. Diante da ordem de suspensão, a Juíza da 23ª Vara Federal, em 28/11/2013, proferiu nova decisão na qual, determinou que a execução se fizesse em separado, mediante interposição, por cada entidade beneficiária do resultado da sentença, em processos executórios próprios, a serem livremente distribuídos por juízos competentes. A ABRAPP, em 11/12/2013, interpôs Agravo de Instrumento contra esta decisão, requerendo que tal recurso seja distribuído por dependência para o Desembargador Luiz Paulo, que deu vistas para a União Federal em 19/12/2013. Os autos foram encaminhados para a Advocacia Geral da União, para devolução após o recesso forense (20/12/2013 a 06/01/2014).

17.3.3. Quanto a Ação Rescisória da União Federal (nº 2012.02.01.000858-3), tendo em vista que os embargos de declaração opostos, tanto pela ABRAPP quanto da União Federal, foram rejeitados, em 06/09/2013 a ABRAPP interpôs Recurso Extraordinário para o STF e Recurso Especial para o STJ. A União Federal por sua vez também interpôs mesmos recursos, que aguardam a apreciação pela Vice-Presidência do TRF-2ª Região, para a subida aos tribunais superiores. No caso da ABRAPP o recurso visa à discussão sobre a redução dos honorários, já a União Federal pretende levar a discussão, de todo o mérito da causa.

17.3.4. Na CIR-JUR-002/15 da ABRAPP, de 14/12/2015, informa que na Assembleia Geral Extraordinária de 27/10/2015 ficou deliberado que a Associação como legítima substituta processual na Ação Ordinária nº 91.0123902-3 da 23ª Vara Federal do RJ, conduziria junto aos patronos da causa o encaminhamento da execução através das ações de liquidação por artigos de título judicial, conforme circulares encaminhadas às entidades (CIR-ABR-DIR-014/15, 21/10/2015 e a CIR-JUR-001/15, de 06/11/2015), considerando para formação dos grupos, os documentos comprobatórios apresentados por cada entidade, à existência de entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico, a informação da ocorrência de transferência, resgate ou alienação das OFND de que eram titulares em momento posterior à sua aquisição, além do cálculo dos valores apresentado na petição de execução em 30/06/2011, devidamente atualizado.

Considerando a possibilidade da ocorrência de prescrição (28/11/2015) informada na Assembleia Geral Extraordinária de 18/08/2015, a distribuição das ações de liquidação se deu em dia

27/11/2015, ficando a PREVHAB incluída no Grupo 4 com mais seis Entidades e a ação de liquidação distribuída para a 12ª Vara Federal do RJ - processo nº 0145871-67.2015.4.02.5101.

17.3.5. Sobre o andamento da ação, a ABRAPP informou que, em 11/01/2018, foi publicado despacho do Juiz determinando a manifestação da ABRAPP sobre a petição da União referente aos comentários da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e a solicitação da expedição de ofício ao BACEN para prestar esclarecimentos a respeito da titularidade das OFNDs e eventuais transferências. Em 02/02/2018, a ABRAPP apresentou petição em atendimento ao despacho do Juiz. Em 27/07/2018, a União apresentou petição requerendo expedição de ofício ao BACEN, ocorrida em 17/10/2018.

#### **17.4. Ajuste de Precificação dos Títulos Federais**

17.4.1. Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e definições da Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, a PREVHAB calculou o ajuste de precificação, do exercício de 2017, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, 4,60% a.a. e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, em que a Entidade demonstre capacidade financeira de mantê-los até o vencimento observando seus fluxos de pagamento, bem como, tenham por objetivo a cobertura dos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e custeio determinado atuarialmente, bem como os demais requisitos previstos na norma.

O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado.

A seguir, demonstramos o controle e acompanhamento dos títulos objeto dos ajustes de precificação, para os exercícios de 2018 e 2017:

Plano de Benefícios Plenus

Em 31.12.2018

Títulos - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Quantidade Total	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
<b>Títulos públicos</b>								
NTN - B - quantidade	11.361	21.238	19.024	34.936	86.559			
NTN - B - Valor	35.958	67.845	60.126	119.279		283.208	304.700	21.492
Duração do Passivo	9,38							
Duração do Ativo	7,48							

Em 31.12.2017

Títulos - R\$ mil	1 a 5 Anos	5 a 10 Anos	10 a 15 Anos	15 a 20 Anos	Acima de 20 Anos	Quantidade Total	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
<b>Títulos públicos</b>									
NTN - B - quantidade	59.476	19.024	-	6.617	28.319	113.436			
NTN - B - Valor	182.834	57.679	-	20.618	94.286		355.417	379.823	24.406
Duração do Passivo	9,61								
Duração do Ativo	6,05								



**MARIO CARDOSO SANTIAGO**  
DIRETOR - PRESIDENTE  
CPF 034.712.507-78



**GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
CPF 425.157.427-34



**MAURICIO WERNECK BARRETO**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 180.124.187-20



**ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES**  
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/0-4  
CPF 702.229.677-49

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da  
**PREVHAB Previdência Complementar**  
Rio de Janeiro – RJ

### 1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVHAB Previdência Complementar, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, demonstrações individuais do Plano de Benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas e do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVHAB Previdência Complementar e individual do Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado e por Plano de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

### 2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, conforme os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

### 3. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais do plano de benefícios do exercício de 2017, ora acompanhadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e o nosso relatório sobre as mesmas, datado de 12 de março de 2018, não conteve modificações.

### 4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações do Plano de Benefícios que tem prazo para sua divulgação até 30 de abril de 2019.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o referido relatório, e considerar se o conteúdo está consistente com as informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Não temos nada a relatar sobre o mesmo.



## 5. Responsabilidade da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da perenidade do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a solvência e liquidez desses planos e pela base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração e a governança desejem liquidar os Planos, ou não tenham alternativas realistas para evitar a extinção dos mesmos.

Os responsáveis pela Governança são aqueles com responsabilidade pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis, bem como, pela perenidade dos planos de benefícios assegurando sua liquidez e solvência.

## 6. Responsabilidade do Auditor

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade do Plano de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante

em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Entidade;

- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, dentre as quais, não abrangem deficiências significativas nos controles internos da Entidade.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2019.

**FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS**

Audidores Independentes  
CRCMG - 757/O - F - RJ

*Luiz O. S. Rosa*

**Luiz Otavio Souza Rosa**  
Contador CRCRJ - 116.523/O

## PARECER ATUARIAL DO PLANO PLENUS - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 31/12/2018

### INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus, administrado pela PREVHAB Previdência Complementar, apresentamos a seguir nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2018.

### PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base das informações biométrico-salariais dos Participantes e Assistidos considerados no presente estudo foi 31/12/2018.

Essas informações foram fornecidas pela PREVHAB à HR SERVIÇOS ATUARIAIS que, após a realização de testes considerados apropriados e efetuados os devidos acertos em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins da presente avaliação atuarial.

A análise efetuada pela HR SERVIÇOS ATUARIAIS na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial teve por objetivo, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PREVHAB, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características dos participantes estão elencadas abaixo.

### PARTICIPANTES ATIVOS

Em 31/12/2018	
Frequência	4
Idade Média	60 anos
Tempo Médio de Serviço	36 anos
Tempo Médio de Contribuição	36 anos
Salário Mensal Médio (R\$)	14.394,07

### PARTICIPANTES APOSENTADOS

Em 31/12/2018	
Aposentados Válidos	
- Frequência	425
- Idade Média	73 anos
- Benefício Mensal Médio (R\$)	7.543,19

Em 31/12/2018

Aposentados por Invalidez	
- Frequência	34
- Idade Média	67 anos
- Benefício Mensal Médio (R\$)	2.711,65

## PENSIONISTAS

Em 31/12/2018

Frequência de Pensões	129
Frequência de Pensionistas	145
Idade Média (vitalícios)	71 anos
Benefício Mensal Médio (R\$)	3.503,04

Os valores apresentados são nominais e estão posicionados em 31/12/2018.

## HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

A avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir não só os valores esperados relativos aos participantes já recebendo benefício quanto àqueles que ainda se encontram em atividade.

Desse modo, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e nível de benefícios do INSS, dentre outras) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Na avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais na apuração das Provisões Matemáticas em 31/12/2018.

HIPÓTESE	
Taxa real anual de juros	4,60% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos – família real Ativos – 95% casados com esposa 4 anos mais jovem

## **RISCOS ATUARIAIS**

Considerando que o Plano de Benefícios Plenus está estruturado na modalidade Benefício Definido, todas as hipóteses adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudos específicos de aderência realizados em 2016 (Relatórios HR/165/16 e HR/166/2016), que tomaram como base a população existente e o patrimônio em 31/12/2015. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na sede da PREVHAB.

A adequação da taxa real de juros para o exercício de 2018 foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela HR Serviços Atuariais (Relatório HR/140/2018), de modo a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados apontaram a taxa máxima de 4,65% a.a. Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção de todas as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017, inclusive da taxa real anual de juros de 4,60% a.a. Essa taxa respeita os limites estabelecidos pela Portaria nº 363, de 26/04/2018, que estabelece o limite mínimo de 4,19% a.a. e o limite máximo de 6,39% a.a., considerando a duração do passivo do plano aproximada para 10 anos em 31/12/2017 (a duration foi de 115 meses, conforme DA de 2017).

## **ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO**

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefícios Plenus, à exceção do Pecúlio Especial, que é estruturado no regime de repartição simples. Informamos também que não ocorreram alterações nos métodos atuariais com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2017.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



## PROVISÕES MATEMÁTICAS

De acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2018 é a apresentada no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	EM R\$
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>588.235.781,59</b>
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>579.707.583,22</b>
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	579.707.583,22
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	477.213.190,88
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	102.494.392,34
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>8.528.198,37</b>
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	8.292.947,96
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	8.297.541,70
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(4.593,74)
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	235.250,41
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	235.380,72
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(130,31)

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram apurados considerando-se o Regulamento do Plano vigente em 31 de dezembro de 2018. Informamos que não houve alteração regulamentar que tenha gerado impacto ou influenciado no resultado apurado no final do exercício de 2018.

## RESULTADO EM 31/12/2018

O Equilíbrio Técnico do Plano de Benefícios Plenus foi determinado com base nas Provisões Matemáticas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos fornecidos pela PREVHAB posicionados em 31/12/2018.

O Plano de Benefícios Plenus encerrou o exercício de 2018 com resultado superavitário de 1,84% das provisões matemáticas.

DESCRIÇÃO	EM R\$
ATIVO TOTAL	623.166.980,48
EXIGÍVEL OPERACIONAL	5.365.217,40
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	456.230,57
FUNDO ADMINISTRATIVO	18.276.012,78
<b>ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>599.069.519,73</b>
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	579.707.583,22
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	8.528.198,37
PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR	-
<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>10.833.738,14</b>
(+) SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	10.833.738,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.833.738,14
RESERVA PARA AJUSTE DO PLANO	-

Informamos que a HR Serviços Atuariais não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios Plenus, tendo se baseado na informação fornecida pela própria PREVHAB.

Em atendimento ao parágrafo 4º, do artigo 30, da Resolução CGPC nº 29, de 21/05/2018, atestamos que a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano de Benefícios Plenus, em função dos direitos dos participantes, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seu plano de benefícios, não fica prejudicada em função da intenção da manutenção dos títulos em carteira até seu vencimento.

Com relação à estruturação das Provisões, informamos:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e o pecúlio por morte do válido e do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro válido ou inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

## **VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS**

A pequena variação de 0,03% no valor das provisões matemáticas, de R\$ 588.060.997,59 em 31/12/2017 para R\$ 588.235.781,59 em 31/12/2018, está consistente com a movimentação de participantes, pagamento de benefícios e envelhecimento natural da massa em um plano fechado, além do retorno dos investimentos observados no período.

## **VARIAÇÃO E NATUREZA DO RESULTADO**

A rentabilidade nominal líquida auferida pelos investimentos (8,87%) foi superior à meta atuarial do Plano (8,32%) em 31/12/2018. Com isso, o Plano de Benefícios Plenus manteve sua situação superavitária em 2018.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula:  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times$

Provisão Matemática, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 9,38 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2018.

Segundo registros Contábeis, não verificamos a existência de Dívidas Contratadas, Equacionamento de déficits ou amortização de Serviço Passado.

## **CONTRIBUIÇÕES**

Os participantes ativos deverão contribuir para o Plano de Benefícios Plenus de acordo com o disposto no art. 11 do Regulamento do Plano:

- a) 1% (um por cento) sobre a parcela menor ou igual à metade do maior salário-de-contribuição para a Previdência Social;
- b) 3,5% (três e meio por cento) sobre a parcela superior à obtida de acordo com a alínea anterior e menor ou igual ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social;
- c) 8,5% (oito e meio por cento) sobre a parcela superior ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social.

Os participantes aposentados e pensionistas não contribuem para o plano. As contribuições totais de Participante equivalem à taxa média estimada em 6,15% da folha de Salário de Participação.

Conforme definido no Plano de Custeio, será cobrada dos participantes ativos a taxa de 10% da contribuição previdenciária a título de taxa administrativa. Para os assistidos foi mantido o percentual de 4% sobre o valor do benefício, exceto para as pensões com DIB anterior a 18/07/2011.

## **CONCLUSÃO**

Certificamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou superávit de R\$ 10.833.738,14 em 31/12/2018, com duration calculada na mesma data de 9,38 anos.

O excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2019.



Andrea Vanzillotta

MIBA nº 1000 – CPF nº 920.040.087-68

## PARECER DO CONSELHO FISCAL


### CONSELHO FISCAL PARECER 01/2019

O Conselho Fiscal da PREVHAB Previdência Complementar, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, após concluir o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas, de 31 de dezembro de 2018, em sua 66ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de março de 2019, considerando a adequação daquelas Demonstrações Contábeis às normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Ministério da Economia, tendo em vista, também, a manifestação da empresa HR Serviços Atuariais Ltda., no Parecer Atuarial datado de 06 de fevereiro de 2019, da Fernando Motta & Associados - Auditores Independentes, no Relatório emitido em 22 de março de 2019, e da deliberação da Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 391ª Reunião Ordinária, realizada em 25/03/2019,


#### RESOLVE:

Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas da PREVHAB Previdência Complementar, referentes ao Plano de Benefícios Plenus e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, por entender que as mesmas representam de forma adequada sua situação financeira e patrimonial.

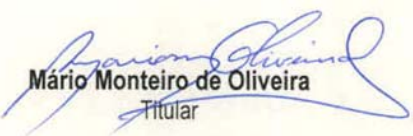
Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.



**Cândido de Almeida Neto**  
Presidente



**Mauro Souza Monte**  
Titular



**Mário Monteiro de Oliveira**  
Titular

## RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

### CONSELHO DELIBERATIVO RESOLUÇÃO - RCD 01/2019

Em sua 196ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de março de 2019, o Conselho Deliberativo da Prevhav Previdência Complementar, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o Parecer do Conselho Fiscal exarado em sua 66ª Reunião Ordinária, de 26 de março de 2019,

#### RESOLVE:

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis da Prevhav Previdência Complementar referentes aos Planos de Benefícios PLENUS e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018.
2. A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.



**Roberto de Andrade Torres**  
Presidente





**PREVHAB Previdência Complementar**

Rua da Glória, 306 - 10º e 11º andares - Glória

Rio de Janeiro - RJ / CEP 20241-180

Tel: (21) 2212-5700 / Fax: (21) 2212-5743

[www.prevhab.com.br](http://www.prevhab.com.br)